

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LAÍS FERNANDA BARBOSA DA SILVA
LUANA DE SANTANA NASCIMENTO
MYCAELLE TALYTA OLIVEIRA DA SILVA

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA
EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BRASIL:
Uma Revisão de Literatura**

RECIFE/2022

LAÍS FERNANDA BARBOSA DA SILVA
LUANA DE SANTANA NASCIMENTO
MYCAELLE TALYTA OLIVEIRA DA SILVA

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA EVOLUÇÃO
SOCIOECONÔMICA DO BRASIL: Uma Revisão de
Literatura**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Professor Orientador: Esp. Hugo Christian de Oliveira Felix

RECIFE/2022

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 1745.

S568p Silva, Laís Fernanda Barbosa da
O papel da educação pública na evolução socioeconômica do Brasil /
Laís Fernanda Barbosa da Silva, Luana de Santana Nascimento, Mycaelle
Talyta Oliveira da Silva. Recife: O Autor, 2022.

27 p.

Orientador(a): Esp. Hugo Christian de Oliveira Felix.

Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação) - Centro
Universitário Brasileiro – Unibra. Licenciatura em Pedagogia, 2022.

Inclui Referências.

1. Educação pública. 2. História da educação. 3. Desigualdade
socioeconômica. 4. Sociedade. 5. Educador. I. Nascimento, Luana de
Santana. II. Silva, Mycaelle Talyta Oliveira da. III. Centro Universitário
Brasileiro - Unibra. IV. Título.

CDU: 37.01

Dedicamos esse trabalho à toda sociedade brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os professores que passaram pelas nossas vidas e que contribuíram com a nossa formação enquanto estudantes e cidadãos críticos, protagonistas e atuantes na nossa sociedade, capazes de transformar a realidade em que vivemos e, agora, aptas a gerar mudanças na área da educação e na vida escolar de muitos estudantes. Agradecemos aos orientadores que serviram como farol durante essa etapa tão importante que é a construção do nosso trabalho de conclusão de curso. Agradecemos a nossa família que nos deu imenso apoio e que nos acolheu nos momentos de desespero, e agradecemos principalmente a nós mesmas por não termos desistido e por almejarmos fazer da educação uma ferramenta fundamental para transformarmos a sociedade em busca de um mundo melhor. Agradecemos especialmente a Paulo Freire e a tantos outros autores por disponibilizar tantos conhecimentos em obras. Obras estas que serão eternas, que nos auxiliaram e que vão continuar nos auxiliando durante nossa evolução enquanto pessoas e profissionais da educação.

“A educação como intervenção inspira mudanças radicais na sociedade, na economia, nas relações humanas e na busca dos direitos, ou seja, uma sociedade sem educação não evolui.”

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	09
3 REFERENCIAL TEÓRICO	10
3.1 A origem e perpetuação das desigualdades sociais no Brasil.....	10
3.2 A formação do ensino público no Brasil.....	14
3.2.1 O Período Colonial e a Reforma Pombalina.....	15
3.2.2 O Período Imperial e a Primeira República.....	17
3.2.3 Revolução de 1930 e o Estado Novo.....	18
3.2.4 Governo Populista e a ditadura de 1964.....	20
3.2.5 Período pós-ditadura até os dias atuais.....	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
6 REFERÊNCIAS	25

O PAPEL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BRASIL: Uma Revisão de Literatura

Laís Fernanda Barbosa da Silva
Luana de Santana Nascimento
Mycaelle Talyta Oliveira da Silva
Hugo Christian de Oliveira Felix ¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar alguns fatos históricos ocorridos na formação do sistema educacional do Brasil, com foco na educação pública, e os seus reflexos na formação da sociedade brasileira atual. A pesquisa é de perfil bibliográfica e foi feita por meio de análise de livros e artigos sobre o tema. O presente estudo também possui abordagem qualitativa visando demonstrar o quanto a sociedade pode ser modificada através da educação e o quanto a valorização da educação pública pode contribuir para evolução socioeconômica do país. O trabalho tem o intuito informar, não só os educadores, mas toda sociedade em relação a essa construção histórico-social conscientizando a respeito do protagonismo que todos os indivíduos devem ter na luta por uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Educação pública; História da educação; Desigualdade socioeconômica; Sociedade; Educador.

1 INTRODUÇÃO

A educação e a sociedade estão intrinsecamente ligadas e para transformarmos algo devemos primeiramente compreender como funciona. Este trabalho de pesquisa tem como foco mostrar alguns aspectos históricos que contribuíram para construção de uma sociedade desigual no que se diz respeito à esfera econômica e social.

Essa desigualdade é responsável por deixar parte da população sem um dos principais direitos básicos garantidos na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que é o direito a uma educação gratuita de qualidade. Com base nessas informações, pode-se concluir que através de uma educação pública de qualidade é possível transformar a sociedade tornando-a mais justa, igualitária e até mesmo mais desenvolvida economicamente. De acordo com Freire (1993 apud SOUZA, p.1) “A educação como intervenção inspira mudanças radicais na sociedade, na economia,

¹ Professor da UNIBRA. Esp. em Gestão Educacional. E-mail:.hugo.christian@grupounibra.com

nas relações humanas e na busca dos direitos, ou seja, uma sociedade sem educação não evolui”.

Freire (2011 *apud SALES FILHO; OLIVEIRA; ALMEIDA*, p. 4) também afirma que: "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo". Com base nessa fala podemos perceber que o papel da educação básica é formar cidadãos críticos, atuantes na sociedade e transformadores da realidade em que vivem. Através das escolas públicas o direito a educação é democratizado e garantido para parte da população que não possui poder aquisitivo.

A desigualdade possui raízes históricas plantadas desde a época do Brasil colonial: “Da educação estava excluído o povo e graças a Companhia de Jesus, o Brasil permaneceu, por muito tempo, com uma educação voltada para formação de elite dirigente (RIBEIRO, 1993, p. 16)”. A construção histórica, social e econômica do Brasil traz até os dias atuais grandes problemas estruturais que se perpetuam através de um sistema de reprodução de classes que desvalorizam e impedem o avanço da educação pública básica no país, por isso, este trabalho de pesquisa busca mostrar alguns fatores que evidenciam a importância de se fortalecer o ensino básico em prol de uma sociedade mais democrática, justa e próspera em sua totalidade.

O tema escolhido é relevante para que os profissionais da área de educação, bem como toda a sociedade, compreendam como ocorreu o processo de formação do sistema público educacional brasileiro e tornando-os ciente de que a luta pelo bom funcionamento dessas instituições fazem parte do nosso dever como cidadãos.

Trazendo informações a respeito da importância de uma educação pública de qualidade, esta pesquisa evidencia o direito básico à educação gratuita garantida pela constituição federal de 1988 (BRASIL, 1988). Alguns aspectos devem ser analisados para entendermos a origem das desigualdades socioeconômicas do Brasil, desigualdades estas que são encontradas em diversas esferas da nossa sociedade, tornando possível enxergar suas consequências no cotidiano.

Através desta pesquisa será demonstrado como a sociedade e a educação estão diretamente ligadas, e como podemos utilizar a educação como ferramenta de mudanças significativas que contribuam para o processo de evolução social do Brasil.

Ao final deste percurso será esclarecido se a educação pública realmente possui um papel importante para a evolução socioeconômica do país e qual seria este papel. Para chegar à resposta dessa pergunta e para que os objetivos deste trabalho sejam alcançados devemos percorrer algumas etapas e a principal delas é entender como a educação pública pode interferir diretamente nas mudanças sociais em busca de uma sociedade mais igualitária e na evolução econômica do Brasil.

Este trabalho também buscará analisar alguns aspectos históricos que contribuíram para formação da estrutura social que temos atualmente no território brasileiro, mostrar como ocorreu a formação do ensino público no Brasil, evidenciar a importância do ensino público no processo de transformação social do país e, por último, refletir acerca de estratégias que busquem contribuir com o fortalecimento e evolução do ensino público brasileiro.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Em busca de respostas às problemáticas levantadas neste trabalho de pesquisa, de imediato, para elaboração do mesmo, foram selecionadas algumas obras que tratassem do tema em questão. Essas obras, livros e artigos, em sua maioria, permitiram que um maior conhecimento e domínio sobre o assunto fossem possíveis e que para todas as informações presentes no corpo dessa pesquisa houvesse um respaldo científico de autores, teóricos e pensadores da área. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica:

Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação. Portanto, a “revisão bibliográfica” ou “revisão de literatura” consiste numa espécie de “varredura” do que existe sobre um assunto e o conhecimento dos autores que tratam desse assunto, a fim de que o estudioso “não invente roda”! (MACEDO, 1995, p.13)

Diante das vivências cotidianas pode-se enxergar as diversas problemáticas presentes na nossa sociedade e o debate acerca dessas questões na busca por soluções é de fato essencial. Por esse motivo, é de grande importância ir atrás de informações já existentes sobre o tema e, através dessas informações adquiridas sobre obras já existentes, acrescentar novos dados, fazendo com que os conhecimentos acerca do tema se tornem, cada vez, mais completos. Esse processo é chamado de pesquisa exploratória.

Sobre a pesquisa exploratória Raupp e Beuren (2006, p. 5) afirmam que “consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente. Assim contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto”.

A problemática desta pesquisa foi abordada qualitativamente, que tem como objetivo estudar determinado fenômeno social sem levar em consideração aspectos de quantidade e estatísticas. Segundo Neves (1996, p. 1), “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social”. Para ser elaborada é necessário ser feito um trabalho de campo e nele podem ser estudados símbolos, crenças, valores e as relações humanas:

Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (GODOY, 1995, 2).

As pesquisas a respeito do tema foram feitas por meio de alguns livros que foram utilizados como base para construção dos textos e também de alguns artigos, a maioria deles tratando sobre a história da educação, que foram retirados dos sites Google Acadêmico e Scielo e também foram utilizados como base de dados trazendo o esclarecimento necessário para o desenvolvimento do trabalho.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A ORIGEM E PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL.

A educação sempre foi utilizada como instrumento para integrar os indivíduos em uma estrutura existente, passando-lhes cultura, valores e hábitos. Porém, a educação, quando não é libertadora, cumpre uma função apenas de controle social. Na época da colonização, por exemplo, a educação jesuítica foi utilizada para oprimir os povos originários, os indígenas, que aqui já viviam, e, no ponto de vista dos colonizadores, eram “selvagens” e “mal educados”. Segundo Ribeiro (1993, p. 15), “o principal objetivo da Companhia de Jesus era o de recrutar fiéis e servidores.

A catequese assegurou a conversão da população indígena à fé católica e sua passividade aos senhores brancos.”.

A educação formal, mais especificamente o ensino superior, logo no início de sua existência, era um direito concedido apenas à elite da época, ou seja, os senhores de engenho e seus descendentes do sexo masculino eram os únicos que podiam frequentar a universidade:

A educação média era totalmente voltada para os homens da classe dominante, exceto as mulheres e os filhos primogênitos, já que estes últimos cuidariam dos negócios do pai. A educação superior na colônia era exclusivamente para os filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal; os demais estudariam na Europa, na Universidade de Coimbra. Estes seriam os futuros letrados, os que voltariam ao Brasil para administrá-lo (RIBEIRO, 1993, p. 15).

Diante desse contexto pode-se enxergar a raiz da desigualdade social que encontramos hoje. Enquanto a elite possuía acesso à educação, os negros e indígenas eram escravizados e temiam pelas suas vidas.

Até os dias atuais existe uma narrativa em que os colonizadores portugueses são tratados como os responsáveis por descobrir o Brasil. Essa visão é duramente combatida nos dias atuais, visto que, chegando ao território brasileiro, avistaram os povos indígenas que já se encontravam no país e já possuíam uma cultura, costumes, valores e sua própria forma de educação que funcionava de tal forma, a ponto desses povos resistirem e existirem até os dias de hoje. Segundo Brandão (1981, p. 3) “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

As narrativas que perduraram por anos, inclusive nos conteúdos das grades do ensino regular, sempre foram contadas do ponto de vista dos “vencedores”, até os dias atuais essa guerra de narrativas está presente na nossa sociedade e é responsável pela perpetuação de um sistema que continua a oprimir e excluir a história dos povos indígenas e negros, que também foram explorados durante esse processo.

Houve um tempo em que o ensino da história nas escolas não era mais que uma forma de educação cívica. Seu principal objetivo era confirmar a nação no estado em que se encontrava no momento, legitimar sua ordem social e política- e ao mesmo tempo seus dirigentes- e inculcar nos membros da nação- vistos, então, mais como súditos do que como cidadãos participantes- o orgulho de a ela pertencerem, respeito por ela e dedicação para servi-la.” (LAVILLE, 1999, p. 126).

No Brasil atual podemos encontrar de um lado uma elite liberal em sua grande maioria, que defende uma maior atuação dos empresários e uma menor participação do Estado nas pautas econômicas e sociais. Essa Elite sempre possuiu uma influência significativa nas grandes mídias e nas decisões políticas, por esse motivo, grande parte dos acontecimentos históricos brasileiros ao longo do tempo a beneficiou. Mesmo após o fim da escravidão, na época, a elite brasileira formada pelos grandes donos de terras e senhores de engenho não perderam o seu poder.

A transição do trabalho escravo para o livre conservou a estrutura fundiária, ao mesmo tempo em que limitou o acesso à propriedade, por meio das restrições da Lei de Terra, as classes dominantes mantiveram-se praticamente as mesmas e com mesmo poder de decisão sobre os rumos do estado brasileiro (VALENTINI; LEVEL, 2018, p. 74).

Já os escravos, mesmo libertos, não tiveram nenhum auxílio para que pudessem seguir com suas vidas, perpetuando assim a desigualdade. Diante da visão de Souza:

Como todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como a negação do direito ao reconhecimento e à autoestima, da possibilidade de ter família, de interesses próprios e de planejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna. (SOUZA, 2017, p.79)

Não havia condições básicas para que os escravos, agora libertos, construíssem a sua vida. Não havia moradia, alimentação, trabalho, estudo, ou qualquer outro direito que lhe devia ser garantido. Souza (2017, p.82) ainda afirma que “A submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Temos aqui a constituição de uma configuração de classes que marcaria a modernização seletiva e desigual brasileira a partir de então.”. As favelas citadas nas frases de Souza (2017) são as mesmas que nos dias atuais abrigam a maior parte dos estudantes de escolas públicas no Brasil. Escolas públicas que não são valorizadas e que não recebem o investimento necessário para assistir aos profissionais da educação, às famílias e aos jovens de periferias. Pode-se observar que a desigualdade teve início desde a época do período colonial com a ascensão de alguns povos e a escravidão de outros. Mesmo após a abolição da escravidão, a sociedade permaneceu deixando os negros à sua margem, privando-os de uma vida digna e de direitos básicos.

Outras várias questões influenciam na reprodução de classes e dificultam a ascensão social das classes mais baixas. A falta de acesso à moradia, à saúde pública, à segurança e principalmente à educação de qualidade são alguns dos aspectos que podem auxiliar na perpetuação das classes sociais.

A educação formal que acontece dentro das escolas não é independente. Ela só pode acontecer de maneira efetiva se o indivíduo tiver os aparatos necessários fora da escola e uma boa qualidade de vida para que o discente possa assimilar os conteúdos e se desenvolver. Os discentes que possuem renda baixa se deparam com diversos fatores que muitas vezes dificultam o processo de ensino e aprendizagem, como por exemplo: A falta de alimentação dentro de casa, devido a problemas financeiros; dificuldade na locomoção até à escola, onde na maioria das vezes os discentes precisam utilizar os transportes públicos lotados e muitas vezes precisam até sair mais cedo de casa para conseguir chegar até a escola; a falta de acompanhamento familiar, que ocorre quando os responsáveis, por estarem trabalhando ou até por não terem o esclarecimento necessário, não conseguem dar o suporte nas atividades escolares para esses indivíduos; problemas de saúde, que muitas vezes não são identificados ou tratados por falta de uma saúde pública de qualidade ou até mesmo os problemas de segurança pública que ocorrem na própria comunidade onde vivem esses estudantes. Souza trás a seguinte reflexão:

Como o pertencimento de classe prefigura e predetermina, pelo menos em grande medida, todas as chances que os indivíduos de cada classe específica vão ter na vida em todas as dimensões, negá-la equivale também a negar tudo de importante nas formas modernas de produzir injustiça e desigualdade. Afinal, sem que se reconstrua a pré-história de classe de cada um de nós, temos apenas indivíduos competindo em condições de igualdade pelos bens e recursos escassos em disputa na sociedade. Tudo muito merecido e justo. Sem a ideia de classe e o desvelamento das injustiças que ela produz desde o berço, temos a legitimação perfeita para o engodo da meritocracia individual do indivíduo competitivo. (SOUZA, 2017, p. 91).

Diante desse contexto, os indivíduos de baixa renda muitas vezes se encontram em um cenário onde precisam conciliar os estudos com o trabalho ou até dar prioridade ao trabalho ao invés dos estudos para contribuir com a renda familiar. De acordo com Kochhann e Rocha (2015), tendo como base as teorias de Piaget, Vigotsky e Wallon sobre educação e afetividade, o aluno deve ser percebido em sua totalidade e não fragmentado, por esse motivo, deve se considerar que os aspectos sociais, emocionais e cognitivos dos discentes podem interferir na sua trajetória em

sala de aula. Visto que, o meio em que vive o estudante e sua realidade social não pode ser dissociado da sua trajetória estudantil, Souza faz a seguinte análise:

As classes sociais só podem ser adequadamente percebidas, por tanto, como um fenômeno, antes de tudo, sociocultural, e não apenas econômico. Sociocultural posto que o pertencimento de classe é um aprendizado que possibilita, em um caso, o sucesso e, em outros, o fracasso social. São os estímulos que a criança de classe média recebe em casa para que o hábito da leitura, para imaginação, o reforço constante de sua capacidade e autoestima que fazem com que os filhos dessa classe sejam destinados ao sucesso escolar e depois ao sucesso profissional no mercado de trabalho. Os filhos dos trabalhadores precários, sem os mesmos estímulos ao espírito e que brincam com o carrinho de mão do pai servente de pedreiro, aprendem a ser afetivamente, pela identificação com quem se ama, trabalhadores manuais desqualificados. A dificuldade na escola é muito maior pela falta de exemplos em casa, condenando essa classe ao fracasso escolar e, mais tarde, ao fracasso profissional no mercado de trabalho competitivo. (SOUZA, 2017, p. 95).

O sistema econômico em que vivemos é responsável pela existência das desigualdades sociais, porém, em alguns países, também capitalistas, as desigualdades são menos visíveis se comparadas com a do Brasil. Souza (2017) evidencia que a própria sociedade brasileira precisa se responsabilizar pelas classes que foram esquecidas, abandonadas, humilhadas, enganadas e que foram prejudicadas pelos preconceitos que até os dias atuais assolam o país. Afinal, foi exatamente isso que fizeram as nações que buscaram desenvolver sociedades com menos desigualdade. Apesar de, nesses países, ainda existirem desigualdades sociais, elas não são tão gritantes como no Brasil.

3.2 A FORMAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO NO BRASIL

A educação pública é o ensino disponibilizado pelo estado de maneira obrigatória e gratuita para todos os indivíduos, desde a educação infantil até o ensino superior e ela pode ser promovida através dos âmbitos municipais, estaduais e federais.

Em relação à divisão das fontes de recursos e das responsabilidades pelos gastos do sistema educacional entre as esferas de governo, observa-se que a União divide a aplicação de seus recursos na manutenção do sistema federal, na execução de programas próprios e em transferências para os sistemas estaduais e municipais. Por sua vez, os estados, na composição de seus recursos, somam os recebidos da União aos provenientes de suas fontes, os quais são utilizados na manutenção e expansão de seus sistemas de ensino. (CASTRO, 2010, p. 32).

Após anos sob a responsabilidade da companhia de Jesus, os padres jesuítas, que catequizavam os negros e indígenas na intenção de torná-los mais pacíficos e submissos, foram expulsos do território brasileiro e o ensino deixou de ser encargo da igreja católica. A ideia de ensino como responsabilidade do Estado surgiu em 1759, onde reformas foram feitas, juntamente com a expulsão dos jesuítas. Na visão de Maciel e Neto (2006, p. 6), “a metodologia eclesiástica dos jesuítas é substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica. Idealizada por Marques de Pombal e mais conhecida como Reforma Pombalina, tinha o objetivo de tirar a responsabilidade educacional das mãos da igreja e colocá-la nas mãos do Estado”.

3.2.1 O PERÍODO COLONIAL E A REFORMA POMBALINA

A reforma pombalina rompeu com um modelo de educação que esteve vigente durante anos e a substituiu pelas aulas régias. As mudanças feitas por ele no sistema educacional da época são criticadas por alguns autores. Segundo Azevedo (2009 Apud OLIVEIRA, p.4) “ao substituir a educação dos jesuítas pelas aulas régias, as reformas pombalinas fragmentaram a escola em aulas avulsas, compostas de disciplinas isoladas”. Essas aulas eram ministradas por professores que utilizavam na maioria das vezes as suas próprias casas como espaço de ensino, o que dificultava o acesso dos estudantes. Com a implantação das aulas régias, o modelo de ensino permaneceu o mesmo, nas palavras de Ribeiro (1993), “o ensino permaneceu enciclopédico e abafando a criatividade individual dos estudantes”. Vendo acontecer mudanças ao redor do mundo, fruto do iluminismo e da revolução industrial, Marques de Pombal queria que Portugal e o Brasil colônia acompanhassem esse desenvolvimento e por isso fez tais mudanças na área da educação:

Para o ideal iluminista, a nova sociedade exige um novo homem que só poderá ser formado por intermédio da Educação. Assim, apesar de o ensino jesuítico ter sido útil às necessidades do período inicial do processo de colonização do Brasil, já não consegue mais atender aos interesses dos Estados Modernos em formação. Surge, então, a ideia de Educação pública sob o controle dos Estados Modernos. Portanto, a partir desse momento histórico, o ensino jesuítico se torna ineficaz para atender às exigências de uma sociedade em transformação. (MACIEL; NETO, 2006, p. 7).

Além de ser considerado ineficaz para o novo momento que o mundo estava vivendo, o ensino jesuítico passava a ser visto como um problema para o avanço dos ideais iluministas em Portugal e em muitos países que buscavam a evolução política, ideológica e econômica que o movimento trazia. De acordo com a visão de Maciel e Neto (2006, p. 470), “Tal espírito anti-jesuítico está expresso, em última análise, na atribuição à Companhia de Jesus de todos os males da Educação na metrópole e na colônia brasileira, bem como pela decadência cultural e educacional dominante na sociedade portuguesa.”.

Durante esse período já se podia perceber a existência das escolas públicas e privadas, sendo este mais um fator que contribui com a desigualdade até os dias atuais. Segundo Ribeiro (1993), durante o século XIX começou a existir uma maior divisão social já que a burguesia estava em ascensão e os seus filhos frequentavam as escolas da elite e recebiam o mesmo tipo de educação. Durante o período em que D. João VI esteve no Brasil o foco de investimento foi no ensino superior e o ensino primário acabou sendo deixado de lado, por isso, algum tempo depois, com o Ato institucional de 1834 a responsabilidade educacional foi descentralizada e foi nesse período que houve as primeiras divisões a cerca da responsabilidade de garantia e manutenção da educação no território brasileiro. Ribeiro (1993, p.17) afirma que: “Às províncias, caberia o direito de legislar e controlar o ensino primário e médio, e ao poder central se reservou a exclusividade de promover e regulamentar o ensino superior.”. Porém, pela falta de recursos, as províncias não conseguiram cumprir com o seu papel.

A falta de recursos e o falho sistema de arrecadação tributária com fins educacionais impossibilitaram as províncias de cumprirem o papel que lhes fora dado: o de regular e promover o ensino primário e médio. O total abandono destes níveis educacionais abriu caminho para que particulares assumissem o nível médio, o que contribuiu ainda mais para alta seletividade e o ensino educacional. (RIBEIRO, 1993, p. 17).

As escolas públicas atendem, até os dias de hoje, ao público menos favorecido economicamente enquanto as escolas privadas possuem grandes investimentos em sua estrutura, tecnologias e qualidade de ensino para os estudantes da elite. Apesar da criação de escolas públicas para os filhos dos cidadãos menos abastados, sua estrutura não era a mesma das escolas voltadas para a elite e burguesia da época, assim como os conteúdos que eram muito menos

aprofundados. A educação durante o período colonial também não inseria as meninas, estas recebiam ensinamentos a cerca das tarefas domésticas e tinham a sua vida voltada para religiosidade.

Apesar da reforma pombalina ter a intenção de combater a forma de ensino secular jesuítica, trazendo uma perspectiva iluminista que visava um novo modelo de educação mais moderno e que inserisse as classes mais baixas nas escolas, a sua implantação não aconteceu de maneira homogênea e concreta na metrópole portuguesa e no Brasil colônia. Maciel e Neto (2006) afirmam que as reformas propostas por Marquês de Pombal, apesar de formais, não conseguiram ser implantadas, o que ocasionou um longo período de desordem e decadência na educação.

A reforma de ensino pombalina pode ser avaliada como sendo bastante desastrosa para a Educação brasileira e, também, em certa medida para a Educação em Portugal, pois destruiu uma organização educacional já consolidada e com resultados, ainda que discutíveis e contestáveis, e não implementou uma reforma que garantisse um novo sistema educacional. (MACIEL; NETO, 2006, p.12).

3.2.2 O PERÍODO IMPERIAL E A PRIMEIRA REPÚBLICA

A educação permaneceu durante um longo período privilegiando apenas uma pequena parcela da sociedade e a ideia de ensino público, previsto em lei, surgiu muito tempo depois. A primeira legislação que visava tornar o ensino público para todos, independente de gênero ou classe social, tem registro apenas em 1827. Araujo afirma que:

Proclamada a Independência política do Brasil e outorgada a 25 de março de 1824 a primeira Constituição brasileira por Dom Pedro I, nela constava que instrução primária era gratuita a todos os cidadãos. Em 1827, a Comissão de Educação da Câmara apresentou um projeto de lei mandando criar escolas primárias, nacionalmente, em todas as cidades, vilas e lugares mais habitados. Tal projeto aperfeiçoado tornar-se-ia a Lei de 15 de outubro de 1827, celebrada como a legislação que oficializou a escolarização primária pública para meninos e meninas de todo o Brasil. (ARAUJO, 2009, p.240).

Em 1889 o Brasil deixa de ser uma monarquia aristocrata e se torna uma república. De acordo com Lafer (1989) monarquia e aristocracia significa, etimologicamente e respectivamente, poder de um só e o poder dos melhores. A

ideia de república visa um governo voltado para o povo e para o bem público. A Primeira República viria com a ideia e o objetivo de conceder ao povo a garantia dos seus direitos, dentre eles o direito a educação pública gratuita, porém as diversas reformas educacionais que aconteceram nos seus primeiros anos não conseguiram alterar a estrutura de desigualdade que continuou a crescer com o passar do tempo.

A dualidade do sistema educacional brasileiro, que conferia ao povo uma educação daquela conferida à elite, é herdada pela Primeira República juntamente com a desorganização do sistema educacional, entre elas a Benjamin Constant, a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, a Carlos Maximiliano, porém foram apenas reformas paliativas, pois não se buscava mudar a estrutura educacional. Mudava-se até o sistema, mas a base da educação continuava. O modelo educacional que privilegiava a educação da elite, em detrimento da educação popular, é posto em questão na Primeira República. Mas os ideais republicanos que pretensamente alimentavam projetos de ver um novo Brasil traziam, intrinsecamente, resquícios de um velho tempo, cujas bases erguiam as colunas da desigualdade social, em que, no cenário real, estava de um lado a classe pobre, sempre relegada a segundo plano; de outro, a classe dominante, expandindo cada vez mais os seus privilégios.(SOUZA, 2018, s/n)

3.2.3 REVOLUÇÃO DE 1930 E O ESTADO NOVO

A década de 20 foi marcada por pensamentos revolucionários que afetaram a educação de maneira direta através de movimentos sociais que aconteceram em diversas esferas da sociedade. A escola nova foi um desses movimentos e buscava olhar para os alunos visando sua individualidade, pois, diversos profissionais da educação enxergavam o quanto uma educação homogênea não supria as necessidades da sociedade brasileira principalmente por sua diversidade.

A queda da oligarquia e a ascensão da burguesia industrial, as revoluções, o Tenentismo, o Partido comunista, a semana de Arte Moderna, as linhas de pensamento filosófico dos escolanovistas e dos católicos, vão ser incorporados à educação e influenciarão toda a organização escolar nesse período. (RIBEIRO, 1993, p.19)

Além de garantir uma educação voltada para a individualidade do aluno, o movimento da Escola Nova buscava assegurar uma maior atenção e organização na área educacional, tendo como foco o aluno ativo no processo de aprendizagem. Após uma década de lutas a revolução finalmente aconteceu e, apesar de ainda faltar muito para se conquistar, houve um avanço significativo nas legislações educacionais e nas lutas em busca de uma educação mais democrática.

A revolução de 1930 criou uma efervecência ideolítica que operou importantes discussões e transformações no campo educacional; parecia que o país tinha realmente acordado para importância da educação e para a necessidade de garantir a todos esse direito. O decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criou o Ministério da Educação e as secretarias da Educação dos estados; em 1932, com o ideal de educação obrigatória, gratuita e laica, entre o outros, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com o objetivo de tornar público o que era e o que pretendia o Movimento Renovador. (SOUZA, 2018, s/n)

Toda a evolução e garantia de direitos que houve após a revolução de 30 foram prejudicados após a instauração do Estado Novo, que, apesar do nome ser parecido, nada tinha relação com o movimento da Escola Nova, já que este primeiro foi um regime ditatorial de tendências fascistas. Durante esse período o foco dos governantes estava voltado para a formação da mão de obra destinada às grandes indústrias. A educação da elite continuaria da mesma forma, sendo ela pública ou privada, já a classe marginalizada teria direito apenas aos cursos profissionalizantes. Com a divisão educacional expressa dessa forma, as classes menos favorecidas não teriam a liberdade de escolha em relação a sua profissão, de acordo com Ribeiro (1993, p. 24) “O ensino industrial e comercial eram inflexíveis no que se diz respeito ao ingresso aos cursos superiores. Só permitiam o acesso ao ensino superior no ramo profissional correspondente.”. Pode-se confirmar também, na visão de visão de Ghiraldelli Jr., o quanto a educação, mais uma vez, estava sendo utilizada para aumentar o abismo que existia entre as classes.

O Estado estava pouco interessado em oferecer às classes populares educação pública e gratuita, e isso ficou expressamente claro na Constituição de 1937, que pretendia contrariamente evidenciar o caráter dual da educação, em que, para a classe dominante estava destinado o ensino público ou particular; ao povo marginalizado, deveria destinar-se apenas o ensino profissionalizante. (GHIRALDELLI JR., 1994 Apud SOUZA, s/n).

Com o fim do Estado Novo e através de eleições livres, a democracia volta a ser vigente no país e uma nova constituição é adotada trazendo consigo alguns direitos garantidos que haviam sido extintos pelo governo anterior. Durante esse período democrático no que se diz respeito a todas as esferas da sociedade, incluindo a educação, houve inúmeras lutas até que a Lei 4.024 fosse aprovada juntamente com a criação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A educação como direito de todos está claramente expressa em seu Art. 166. O Art. 167 afirma que o ensino deverá ser ministrado pelos poderes públicos, embora livre à iniciativa particular, respeitando as determinações legais. Para que o direito a educação fosse realmente assegurado, a Constituição destinava, em seu Art. 167, 10% do orçamento da União e 20% dos estados, que, embora insuficientes, representavam um avanço para que esse direito fosse assegurado. (SOUZA, 2018, s/n).

3.2.4 GOVERNO POPULISTA E A DITADURA DE 1964

A década de 60 foi um período voltado para educação popular. Diversas esferas da sociedade estavam voltadas para o desenvolvimento da educação e da cultura, e a democracia estava mais viva do que nunca. A educação finalmente estava sendo vista como parte do processo de evolução social e estava voltada também para fins políticos. De acordo com Ribeiro (1993, p. 25) os Movimentos de Educação Popular que surgiram na época “propunham levar ao povo, elementos culturais como teatro, cinema, artes plásticas, além de alfabetizá-lo e fazer com que a população adulta participasse ativamente da vida política do país.”. Foi durante esse período que Paulo Freire, grande nome da educação brasileira, trouxe diversas reflexões a respeito de uma educação democrática, crítica e libertadora voltada para o protagonismo do aluno no processo de ensino e aprendizagem.

No dia 31 de março de 1964 tudo mudou. Nesta data teve início um governo autoritarista e ditatorial que enxergava a educação e os educadores como adversários, assim como vários artistas e qualquer outro indivíduo que fosse de encontro ao que era imposto por aqueles que estavam no poder. Foi um período conturbado que gerou diversas mudanças na área da educação, visando tornar as classes populares cada vez mais passivas diante de todo processo.

Se a educação antes do Período Ditatorial, com as ideias de universalização e democratização, nunca conseguiu consolidá-las, nesse período ela se distanciou mais desse ideal, pois se pautou na repressão, na privatização do ensino, continuou privilegiando a classe dominante com ensino de qualidade e deixando de fora as classes populares, oficializou o ensino profissionalizante e o tecnicismo pedagógico, e visava unicamente preparar mão de obra para atender às necessidades do mercado e desmobilizou o magistério com inúmeras e confusas legislações educacionais. (SOUZA, 2018, s/n).

3.2.5 PÉRIODO PÓS DITADURA ATÉ OS DIAS ATUAIS.

Após o final da Ditadura Militar diversos avanços voltaram a acontecer e a educação voltou a ser vista como um fator importante no processo de evolução social. Houve reformas e investimentos significativos por parte dos governos que

visavam à democratização do ensino e uma melhor qualidade de vida para as classes menos favorecidas. Segundo Souza (2018) uma nova constituição foi promulgada em 1988 e com base nela foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 9.394, que foi promulgada no dia 20 de dezembro de 1996. Souza (2018, s/n) também afirma que “A carta Magna e a nova LDB dão suportes legais para que o direito a uma educação de qualidade seja realmente consubstanciado, assegurando a formação integral do indivíduo e a sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade.”.

Além de diversos programas criados em 1968 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, programas como ProUni, Sisu e a lei do Fundeb foram algumas das medidas criadas para contribuir com a democratização do ensino básico e superior.

Com a finalidade de democratizar o acesso ao ensino superior, em 2005 foi aprovada a lei nº 11.096, que instituiu o programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudos em instituições de ensino superior particulares a estudantes de escolas públicas de baixa renda e/ou estudantes de escolas particulares na condição de bolsistas utilizando como referência a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As bolsas podem ser parciais, com descontos de 25% ou 50%, e integrais. Também foi criado o Sistema de Seleção Unificada – Sisu, que visa substituir os exames tradicionais das universidades públicas; criado pelo Governo Federal, seleciona estudantes com base na nota do Enem, assim como ProUni; dentro dele, as vagas são divididas em ampla concorrência e as cotas para estudantes de escolas públicas e de baixa renda, entre outros aspectos. Em 2007, foi promulgada a lei do Fundeb, que se caracteriza como a maior fonte de recursos destinados para educação; eles são distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais estabelecido pelo Censo Escolar. Em março de 2007 houve o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que, por meio de inúmeros programas, objetiva suprir as deficiências e carências da educação brasileira e superar um estágio de educação ainda limitado. (SOUZA, 2018, s/n).

Ainda que a educação tenha evoluído no decorrer dos anos, fica claro que a maneira como a educação é vista e tratada depende do governo vigente. Um governo que: Opera na busca da perpetuação das desigualdades e do privilégio das classes dominantes, sucateia a educação ou qualquer outro bem público e que tem como foco a exploração das classes menos favorecidas para o enriquecimento de poucos que já são ricos, não trata a educação pública como algo de importância para que a educação não seja a chave da liberdade daqueles que são oprimidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro passo essencial para que o objetivo dessa pesquisa fosse alcançado era a análise de alguns aspectos históricos que evidenciassem os motivos que acarretaram no surgimento das desigualdades sociais e econômicas do Brasil e a perpetuação da mesma até os dias atuais. Tendo como base a obra de Souza (2019), pode se perceber que as desigualdades sociais tiveram início no período colonial com o modelo escravocrata. Souza (2019) afirma ainda que, mesmo após a abolição da escravidão, a desigualdade permaneceu latente na sociedade já que os escravos, após libertos, não receberam nenhum auxílio para que pudessem recomeçar suas vidas. Souza (2019) evidencia que esses indivíduos, que foram escravizados por anos, formaram as favelas e comunidades, local que abriga grande parte dos estudantes das escolas públicas.

Pode se afirmar através da obra de Kochhann e Rocha (2015) que o discente deve ser visto de maneira integral e que os aspectos sociais, emocionais e cognitivos são extremamente importantes no processo de ensino e aprendizagem. Diante dessa informação devemos analisar criticamente o contexto geral da vida dos estudantes, pois, se fizermos relação com as reflexões de Souza (2019) a respeito dos aspectos que auxiliam na perpetuação das desigualdades, podemos concluir que os estímulos e a qualidade de vida são diferentes em cada classe social. É inegável que sempre existiu o que Laville (1999) chama de “guerra de narrativas”. Em sua obra ele traz a informação de que a história sempre é contada do ponto de vista daqueles que possuem mais poder, e isso é exatamente o que acontece desde o período colonial até os dias de hoje.

O segundo passo essencial para atingirmos o objetivo desta pesquisa é compreendermos o que é a educação pública e como ocorreu a sua formação. A educação é essencial para evolução de qualquer sociedade. Através da educação os valores, hábitos, culturas e conhecimentos são passados de geração para geração, possibilitando que a própria sociedade se desenvolva com a construção do conhecimento. Vale salientar que a educação pode acontecer de várias formas e com diversas finalidades, de acordo com Brandão (1981, p. 3) “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

A educação, assim como tudo que existe, possui a sua história, e para que nos dias atuais a educação formal possa alcançar as comunidades de baixa renda foram necessárias diversas lutas. Ribeiro (1993), em sua obra, faz uma análise a respeito da história da educação escolar no Brasil e o seu artigo foi um dos principais utilizados na elaboração dessa pesquisa. Ribeiro (1993) traz em sua pesquisa a informação de que no período colonial a educação era voltada exclusivamente para elite dirigente da época e que o modelo de educação era Jesuítico, ou seja, era de responsabilidade da igreja católica. A educação para os escravos era exclusivamente utilizada para fins de controle, enquanto a educação da elite visava torná-los indivíduos aptos a administrar os negócios.

A educação continuou voltada para a elite por um longo período, já que, mesmo após a abolição da escravidão, não foi dado nenhum suporte àqueles que por tanto tempo haviam sido escravizados. A desigualdade se perpetuou e a elite continuava no poder.

A transição do trabalho escravo para o livre conservou a estrutura fundiária, ao mesmo tempo em que limitou o acesso à propriedade, por meio das restrições da Lei de Terra, as classes dominantes mantiveram-se praticamente as mesmas e com mesmo poder de decisão sobre os rumos do estado brasileiro (VALENTINI; LEVEL, 2018, p. 74).

Após a expulsão dos Jesuítas e a Reforma Pombalina a educação deixou de ser responsabilidade da igreja católica e passou a ser responsabilidade do Estado. Agora, no intuito de adequar Portugal e o Brasil às transformações que estava ocorrendo ao redor do mundo graças ao movimento iluminista, Marquês de Pombal fez reformas na área da educação visando preparar os indivíduos para o mercado industrial. A obra de Maciel e Neto (2006) foi utilizada como base para as informações desse período, assim como a obra de Oliveira (2009) que critica as reformas feitas por Marquês de Pombal.

Através da pesquisa realizada para construção desse trabalho foi possível enxergar que diversas lutas acompanhadas de retrocessos e evoluções aconteceram com o passar dos anos até que a educação se tornasse um direito de todos. Através da obra de Souza (2018) se é possível acompanhar todos os avanços até os dias atuais tornando também perceptível que o investimento na educação variou de acordo com o governo que estava vigente em cada período.

A literatura analisada para construção desse trabalho evidencia que para os governos monárquicos, aristocráticos e ditatoriais, que tem como foco satisfazer a

elite formada pelos donos de terras, grandes empresários e pessoas de poder, não é prioridade o investimento na educação, já que, através da educação, as classes mais baixas se tornam conscientes dos seus direitos e podem passar a reivindicá-los. É possível enxergar também, através das obras selecionadas para elaboração dessa pesquisa, que governos mais democráticos e populistas que tem como foco uma maior igualdade econômica, até para que existam avanços na economia, pode se notar um maior investimento em setores públicos, principalmente na área da educação, já que, ao enxergar a educação como fator principal na construção de uma sociedade mais justa, esses governos buscam fazer investimentos direcionados e criar legislações para que sejam democratizados não só o acesso à educação de qualidade nas creches, escolas e universidades, mas também mais oportunidades no mercado de trabalho, que traz como consequência uma maior prosperidade social e econômica para o país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa pesquisa foi possível observar que as desigualdades sociais que podemos presenciar nos dias atuais foram construídas através de décadas, e que diversos acontecimentos históricos colaboraram com a criação e manutenção da estrutura social que temos atualmente. Diversos momentos no decorrer da história evidenciaram a existência de uma classe dominante que explorou os povos indígenas e africanos desde o primeiro momento. A libertação dos escravos e a maneira como o fim da escravidão aconteceu foi um ponto crucial e determinante para que essas desigualdades se perpetuassem até os dias de hoje.

Essa pesquisa também evidenciou o quanto a educação pública e democrática é importante na construção de uma sociedade mais justa e mais evoluída nos quesitos econômicos e sociais. Juntamente com essa democratização do ensino de qualidade, fornecido pelas escolas públicas, também é essencial inúmeras medidas que busquem contribuir com a diminuição das desigualdades sociais existentes no país. A geração de empregos, o fortalecimento dos direitos trabalhistas, o investimento em todas as áreas públicas, o combate a todos os tipos de opressão, são alguns dos pontos que precisam ser cada vez mais trabalhados para que essa desigualdade diminua. A sociedade brasileira precisa cada vez mais aguçar o seu senso de coletividade e compreender que todos, não só podem, mas

precisam viver bem, e que o reflexo dessas mudanças será sentido de maneira positiva em todas as áreas da sociedade e por todas as classes sociais.

Ao garantirmos o direito à educação pública de qualidade para aqueles que mais necessitam, estaremos também garantindo o acesso, de maneira mais justa, às universidades e ao mercado de trabalho. O acesso ao mercado de trabalho resultará em um maior poder de compra para essas pessoas e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida, gerando uma melhoria no bem estar social. Por isso é de extrema importância a reflexão acerca de estratégias que contribuam com o fortalecimento e a evolução do ensino público brasileiro, já que essa é uma das ferramentas essenciais na busca pela evolução social e econômica no país. Algumas dessas estratégias são: Apoiar partidos, projetos e programas políticos que tenham o intuito de investir e melhorar a educação pública, assim como, trazer a sociedade para perto dessas instituições através de eventos e projetos colaborativos.

Como contribuição para comunidade científica, este trabalho trouxe uma análise histórica a respeito da formação da estrutura social brasileira e também da educação pública, evidenciando o quanto a luta por uma educação pública de qualidade é um dever de todos e o quanto é importante estar atento aos governos vigentes e suas administrações. O investimento na esfera pública é extremamente necessário para que o Brasil possa prosperar como país, assim como pesquisas futuras sobre o assunto em questão, para que cada vez mais a sociedade brasileira esteja ciente do seu papel enquanto cidadãos.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, 2009.

ARAUJO, M. Lei de 15 de outubro de 1827. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 36, n. 22, p. 240-242, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 31 maio. 2022.

DE CASTRO, Jorge Abrahão. Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil. *In: GOUVEIA, A.B; PINTO, J.M.R; CORBUCCI, P.R. (org.) Financiamento da educação pública no Brasil: evolução dos gastos.* Brasília: Ipea, 2011. p. 29-49.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

KOCHHANN, A.; ROCHA, V.A.S. A afetividade no processo ensino-aprendizagem na Perspectiva de Piaget, Vygotsky e Wallon. *In: SIMPÓSIO DE PESQUISA E EXTENSÃO (SIMPEX)*, 1., 2015. Goiás. Anais [...]. Goiás: UEG, 2015. p. 524-533.

LAFER, C. O significado de República. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 4, p. 214-224, 1989.

LAVILLE, C. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, 2006.

NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p.1-5, 1996.

OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges. **Uma análise sobre a política educacional no Brasil durante o Período Joanino (1808-1821)**. 2009. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. *In*: BEUREN, I.M. (org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, 1993.

SALES FILHO, N. A.; DE OLIVEIRA, M. A.; ALMEIDA, M. F.M. A transversalidade entre ensino superior e a educação básica na busca de uma educação para a paz. *In*: EDUCERE, 10., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2011. p. 1-10.

DE SCHUELER, A. F. M.; MAGALDI, A. M. B. M. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.

SOUZA, Jessé José Freire. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, J. C. S. Educação e história da educação no Brasil. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 23, p. 27, 2018.

VALENTINI, J.; LEVEL, I. N. Desigualdade no pós-abolição: alguns apontamentos históricos. **Perspectivas sobre a Diversidade Humana: Sexualidade, Raça, Educação e Questão Indígena**, Porto Velho, v. 1, n. 2, p. 69-77, 2017.